



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.754

O governo Haroldo Leon Peres (1971): notas iniciais de uma pesquisa.

Cássio Augusto S. A. Guilherme
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

Resumo: Tendo assumido em março de 1971 o cargo de governador do estado do Paraná, por indicação do então ditador Emílio Garrastazu Médici e à revelia dos líderes políticos locais, Paulo Pimentel e Ney Braga, Haroldo Leon Peres renunciou ao cargo em novembro daquele mesmo ano. Sua passagem pelo Palácio Iguazu ainda não rendeu as necessárias pesquisas acadêmicas que o analisem. Não há trabalhos específicos sobre o tema e as referências bibliográficas são curtas. Neste texto, apresentamos os dados iniciais da pesquisa sobre seu governo, tendo como base, além das fontes bibliográficas, os jornais O Estado do Paraná, Gazeta do Povo, Diário do Paraná e Folha de Londrina, edições da revista Veja e uma entrevista concedida por Haroldo Peres, dez anos após sua renúncia. O motivo para a renúncia ainda não é claro. Segundo reportagem da revista Veja em dezembro daquele ano, impedida de circular pela censura ditatorial, Leon Peres havia sido pressionado pela Ditadura após ter, supostamente, exigido propina de um empresário local, fato negado pelo ex-governador, que argumenta ter sido vítima de conchavos políticos liderados por Paulo Pimentel e Ney Braga, que não o queriam no governo do estado.

Palavras-chave: Paraná, Ditadura, Leon Peres.

Introdução:

Quando assumiu o governo do estado do Paraná, em março de 1971 como o primeiro governador indicado pela Ditadura Civil-Militar, Haroldo Leon Peres adotou para a sua gestão o slogan “A revolução que chega ao Paraná”. Em seu discurso de posse “prometeu bater com mão de ferro nos dois principais adversários da ‘revolução’: a subversão e a corrupção” (REBELO, 2004: 251). Oito meses depois, acabaria forçado pela própria Ditadura, a renunciar por suspeita de corrupção.

Nosso objetivo no presente texto é apresentar alguns dados e informações de uma pesquisa que apenas se inicia, sobre o governo Leon Peres. Utilizamos, além das fontes bibliográficas, jornais e revistas da época e entrevistas, inclusive do ex-governador.

Contexto político nacional e estadual:

Desde o golpe civil-militar de 1964 (FERREIRA e GOMES, 2014), o Brasil via, na escalada institucional da Ditadura que a cada dia aumentava, o cerceamento às garantias individuais do cidadão e das eleições livres, através de vários Atos Institucionais, tudo em nome do suposto combate à subversão comunista e a corrupção.

No Paraná, quando do golpe, o estado era governado por Ney Braga¹ do PDC². “Ney não se limitou a conspirar com governadores e segmentos militares, como também partilhou o desenrolar dos fatos com vários de seus aliados no Paraná” (REBELO, 2004: 147). O governador, antes de ingressar na vida política, havia feito carreira no exército, sendo aluno de Humberto Castelo Branco, primeiro militar presidente da Ditadura. Além disso, participou das reuniões pós-golpe que conduziram Castelo Branco ao comando da “revolução”.

A repressão dos primeiros anos de Ditadura também atingiu o estado do Paraná. Houve cassação de mandatos parlamentares³, demissão de funcionários públicos, perseguição a militares e sindicalistas considerados comunistas, além de prisões ilegais, tortura e desaparecimento de políticos. No final de abril de 1964, teria o governador Ney Braga assim se pronunciado sobre as cassações parlamentares em curso: “os responsáveis por ela devem ter tido razões ponderáveis para tanto. Não vejo injustiça nas medidas

¹ Militar de formação, ingressou na política como chefe da Polícia (1952), nomeado pelo ex-cunhado o então governador Bento Munhoz da Rocha. Foi eleito prefeito de Curitiba e depois governador do estado. É considerado a maior liderança política do Paraná na segunda metade do século XX.

² Eleito com 35,3% dos votos pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

³ Os primeiros parlamentares paranaenses cassados foram João Simões do PSD; Valter Pecoits, Luiz Alberto Dalcanale e Leon Navaes Barcelos, ambos do PTB.

adotadas pela Revolução, pois ela precisa cercar-se de cautelas para consolidar-se” (REBELO, 2004: 162).

Ney Braga se licenciou do cargo de governador em novembro de 1965 para assumir o Ministério da Agricultura no governo de Castelo Branco. Ainda foi senador entre 1967-1974, Ministro da Educação entre 1974-1978 no governo de Ernesto Geisel e novamente governador, agora pela via indireta, entre 1979-1982.

Como se vê, Ney Braga era o grande líder político do Paraná e sua posição parecia respaldada pelo Governo Federal. Seu sucessor foi o ex-secretário de agricultura, Paulo Pimentel, do PTN⁴, “candidato oficial” de Ney Braga, pois “a máquina governista foi colocada a favor de Pimentel (...) todo o governo foi mobilizado para a eleição: cada secretário tinha ordens de atender os pedidos” (REBELO, 2004: 212).

Apesar disso, depois de eleito “Pimentel passou a ter uma atitude de maior autonomia em relação ao chefe. Precisava projetar sua própria liderança” (REBELO, 2004: 236), o que abriu caminho para um rompimento definitivo. Fatores da política nacional também contribuíram, pois enquanto Ney Braga era aliado ao “grupo castelista” no exército, Pimentel buscava abrigo na chamada “linha dura”.

Dois Atos Institucionais (AI) decretados pela ditadura brasileira merecem destaque neste contexto. O AI-2, de outubro de 1965, extinguiu todos os partidos políticos e estabeleceu o bipartidarismo, com a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição consentida do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Tanto Ney Braga quanto Paulo Pimentel, dentre outros tantos políticos rivais no estado, filiaram-se à ARENA, o que a deu “tons de autêntica torre de babel” (REBELO, 2004: 183).

O AI-3, de fevereiro de 1966, estabeleceu a eleição indireta, através das Assembleias Legislativas, para governador dos estados da federação. Na prática, a indicação era feita pelo presidente-militar,

⁴ Eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) com 51,1% dos votos, contra Bento Munhoz da Rocha, ex-governador e ex-aliado de Ney Braga.

entre os membros da ARENA, para posteriormente serem apenas ratificadas de forma simbólica pelos deputados estaduais.

A convenção estadual da ARENA em setembro de 1969 foi palco de mais uma contenda entre Ney Braga e Paulo Pimentel. Ambos concorreram à presidência do partido, o que era essencial para suas pretensões de indicar o futuro governador do estado. Pimentel venceu a disputa.

Assim, enquanto Paulo Pimentel, na condição de atual governador e presidente da ARENA, esperava a oportunidade de indicar seu sucessor ao Palácio Iguazu, Ney Braga, político de confiança do regime e “revolucionário” de primeira hora, alimentava as esperanças de ser o indicado do presidente Médici para o cargo ou, pelo menos, ter a prerrogativa de indicar o futuro governador. “O que estava por vir, contudo, foi uma imensa surpresa para todos” (REBELO, 2004: 249).

A escolha de Leon Peres, a rixa com Paulo Pimentel e a posse:

O problema relativo à escolha do futuro governador de quatro estados brasileiros foi matéria da revista Veja em 29-04-1970. “Chamados e escolhidos: Numa ação fulminante, o Presidente Garrastazu Médici decidiu, em três dias(...)os problemas da sucessão em quatro estados(...)comunicou aos políticos a escolha da Revolução” (p.20). Logo, pela chamada da matéria, fica claro que era o presidente Médici quem dava as cartas na escolha para o cargo de governador dos estados e apenas comunicava à classe política o preferido dos militares “revolucionários”.

Informa ainda a matéria da revista Veja que Paulo Pimentel e Ney Braga, então senador, estiveram no Palácio do Planalto em reunião com o presidente Médici. O encontro teria durado menos de meia hora, quando então lhes foi comunicada a escolha de Leon Peres para governador do Paraná. Segundo Vanderlei Rebelo, o diálogo em tal reunião teria se dado nestes termos:

Disse-lhes, em seu gabinete, que o governador seria o “deputado Leopoldo Peres”. Embaraçados, os interlocutores tiveram que corrigir o presidente, lembrando-o que Leopoldo era do Amazonas. “É aquele lá de vocês”, teria dito Médici, encerrando o assunto. Leon Peres já estava “ungido” e não havia muito o que fazer. A Arena teve de se contentar com a indicação do vice, o presidente da Copel, Pedro Viriato Parigot de Souza. (REBELO, 2004: 250)

Uma versão menos republicana, dá conta de que a escolha de Haroldo Leon Peres para governar o Paraná se deu por sua esposa ser companheira de jogos de baralho da esposa de Médici, nas longas tardes e noites de Brasília (FARIA, 1997) (LAZIER, 2003). Fato é que “em vários estados, como no Paraná, os diretórios arenistas foram solenemente ignorados na escolha dos novos governadores. A indicação veio de cima para baixo” (REBELO, 2004: 249).

Carioca de nascimento, Leon Peres imigrou para a cidade de Maringá em 1951, onde atuou como advogado e professor universitário, além de fazendeiro. Elegeu-se deputado estadual duas vezes pela UDN, sendo inclusive líder do governo Ney Braga na Assembleia. Em 1966 foi eleito deputado federal pela ARENA, onde se tornou vice-líder do governo Costa e Silva. Na Câmara se colocou como defensor do regime militar, propôs a invasão pelo exército da Universidade de Brasília quando os estudantes a ocuparam e discursou a favor do processo contra o deputado Márcio Moreira Alves do MDB.

No livro “Bandeirantes do progresso”, publicado em 1968, encontramos a seguinte caracterização de Leon Peres:

O tribuno que se ligou estreitamente a seu povo, insuflando-lhe energia em numerosas competições partidárias, como autêntico líder. (...) Democrata convicto (...) tornou-se cidadão honorário de 18 municípios (...) orador primoroso, tem elevado o nome do Paraná, por sua cultura e dedicação às causas do progresso. (ALMEIDA, 1968: 235)

A opção da Ditadura pelo nome de Leon Peres não parece tão incoerente para aquele momento político. Trata-se de pessoa completamente identificada com os “ideais da revolução”. Além disso,

aos olhos do presidente Médici, “ele era o nome capaz de apaziguar os dois setores antagônicos da Arena paranaense liderados por Ney e Pimentel” (REBELO, 2004: 251), mesmo argumento usado pela revista Veja em 29-04-1970.

Esta análise se mostrou equivocada antes mesmo da posse de Leon Peres no governo paranaense. Em 26-08-1970 a revista Veja noticiava sob o título de “os dois sóis” o início da rixa pública entre o governador Paulo Pimentel e o futuro governador Leon Lopes. A reportagem diz que a bancada da ARENA na Assembleia Legislativa estaria causando embaraços ao governador Pimentel, devido a influência de Peres sobre os deputados. As complicações “demonstram que a cada dia se tornam menos espetaculares as possibilidades de [Leon Peres] se transformar no pacificador da Arena paranaense” (p.15). Os motivos da briga vinham desde contendas antigas, de quando ambos eram base do governo Ney Braga, até a tentativa de Leon Peres em não herdar muitas dívidas.

Em 02-12-1970 sob o título de “Briga na Arena”, a revista Veja reproduziu trocas de provocações verbais entre os dois políticos. Primeiro, Lopes Peres teria dito que a ampla vitória da ARENA nas eleições estaduais significava derrota do governador Pimentel, que seria apoiador da candidatura do MDB ao senado. O governador respondeu que “a afirmação só pode ser creditada à burrice ou encarada como piada”, pois só não teria subido ao palanque de Peres por não concordar “com os métodos que adotou, fazendo ameaças a prefeitos e deputados” (p.24).

Apenas na edição de 03-02-1971, com a matéria “Paz, finalmente”, a revista Veja viria a noticiar a aquietação de ânimos dos dois políticos. O presidente Médici havia viajado ao estado para inaugurar uma usina hidroelétrica e aproveitou para reaproximar os políticos “brigados praticamente desde quando foi fixada a candidatura” de Leon Peres. Segundo a revista, “o êxito do presidente foi total e fulminante”. Pimentel classificaria os desentendimentos de naturais e Leon Peres negou que os houvesse (p.19).

Quando da posse, a chamada de capa de 16-03-1971 do jornal O Estado do Paraná, propriedade de Paulo Pimentel, alfinetou o ingressante Leon Peres, além de fazer a devida valorização de seu dono: “Peres assume; Paulo nos braços do povo”. No interior do jornal, havia uma página inteira dedicada ao “carinho do povo” a Paulo Pimentel. O jornal Diário do Paraná, também de propriedade de Pimentel chamou “Peres: governo de participação” e a Gazeta do Povo no mesmo sentido “Leon Peres: governo é participação”.

Duas versões sobre a renúncia:

A primeira versão sobre os motivos para a renúncia de Leon Peres apareceu na capa da revista Veja “A queda do governador Haroldo Leon Peres e seus ensinamentos”, de 01-12-1971, que foi apreendida nas bancas pelos órgãos da repressão política da Ditadura. Tal versão é a mais reproduzida pelas pequenas referências na bibliografia paranaense.

A reportagem da revista detalha, inclusive com diálogos, as primeiras semanas de novembro daquele ano, delimitando-as entre um telefonema do ministro da Justiça Alfredo Buzaid em 04-11, convocando Leon Peres para uma reunião, e sua renúncia no dia 22-11, “capitulando num combate impossível, durante o qual tentou desesperadamente, desde o início de novembro, encontrar uma escassa possibilidade de salvação” (p.19).

Segundo a revista Veja, Buzaid logo no início do encontro resumiu a situação “a confiança [do presidente Médici no governador] se fora e ele devia renunciar” (p.20). Leon Peres argumentara que não sabia o motivo para a perda da confiança do presidente. Buzaid respondeu-lhe que os motivos estavam em um processo movido contra ele por corrupção e arrematou dizendo que “não estou autorizado a lhe mostrar o processo” (p.20).

O governador, proclamando inocência e desconhecimento de causa, alegou que tudo deveria ser intriga dos adversários políticos e

que não renunciaria. Ao mesmo tempo, insistiu em conversar com o presidente Médici e articular a sua defesa. No dia 17-11 Leon Peres teve novo encontro com o ministro Buzaid, que finalmente arrolou algumas das acusações contra o governador. Segundo a revista Veja, seriam:

1) O governador teria exigido de Cecílio Rêgo Almeida, o mais poderoso empreiteiro do Paraná, um depósito de 1 milhão de dólares no exterior para liberar o pagamento de 60 milhões de cruzeiros devidos pela construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. 2) O governador teria recebido de empresários do Estado 170.000 mil cruzeiros que serviram para a reforma de sua casa na rua Garcia Velho, no bairro do Juvevê. 3) O governador e João Ribeiros Júnior, ex-secretário da Fazenda do governo Moisés Lupion (1956-60) e diretor do IBC, teriam recebido glebas de terra a preço vil, no município de Matelândia, perto de Foz do Iguaçu. (p.21)

Ao final, o governador pedira mais tempo para se defender e insistia em conversar com o presidente Médici. Nas palavras da Revista Veja: “o presidente não queria recebê-lo, da mesma forma que ninguém seria capaz de desfazer a gravação da conversa na qual pediu 1 milhão de dólares ao empreiteiro, gravada, fotografada e filmada” (p.21-22) pelo SNI no Rio de Janeiro.

A reportagem segue argumentando que Leon Peres havia percebido que a renúncia seria o método mais eficaz de evitar maior punição por parte da “revolução”. Ao final da matéria, a revista Veja rasga elogios ao governo federal, o que não a impediu de ser recolhida nas bancas. Transcrevemos:

Desde o dia 1º de abril de 1964, quando a Revolução se propôs a combater a corrupção, nunca ela agira com tanta violência e precisão. (...) Ela demonstrou a firme determinação do presidente Emílio Garrastazu Médici de exercer o poder contra quaisquer casos de corrupção, sobretudo quando forem cometidos por pessoas em quem depositou confiança”. (p.23)

Esta versão originalmente encontrada na revista Veja, é reproduzida pela bibliografia estudada, como sendo o real motivo para

a renúncia do governador Leon Peres (REBELO, 2004), (LAZIER, 2003), (HELLER, 1988) e (CAMARGO, 2006).

Em entrevista⁵ concedida dez anos após a sua renúncia, Haroldo Leon Peres apresenta a sua versão para o episódio. Visivelmente incomodado com o assunto e utilizando recursos de retórica, diz que “foi mais uma das emboscadas traidoras contra mim armadas”. Começa o ex-governador acusando seu antecessor, Paulo Pimentel, de entregar a construção da ferrovia ao empreiteiro Cecílio do Rego Almeida sem a devida licitação/concorrência “contrariando todas as normas constitucionais legais e até da ética administrativa”, argumenta.

Leon Peres diz que encarregou os órgãos competentes do governo para fazer um levantamento sobre as condições e preços da obra. Segundo ele:

“No levantamento, que recebi, orçava em torno de 12 milhões de dólares àquela ocasião o que a firma teria direito pela realização das obras nessa estrada. Havia diversos defeitos técnicos apontados, condições contratuais não cumpridas. A estrada estava, a bem dizer, apenas no começo, faltavam obras, não havia pontes realizadas, túneis não tinham sido ainda perfurados. Muito bem, e esta firma alegava que o seu direito era de receber 36 milhões de dólares. Três vezes mais do que tinham apurado os órgãos competentes. Não paguei e se fosse hoje, não pagaria outra vez. Pois bem, mas não cometi nenhuma arbitrariedade contra este cidadão. ”

Após, teria determinado ao secretário da Fazenda que colocasse à disposição do empreiteiro o valor “que tinha sido apurado como o seu direito”, ao que C.R. Almeida teria se recusado a receber. Diante do impasse, Leon Peres acusou seu antecessor Paulo Pimentel de “uma insidiosa campanha nos jornais, televisões e rádios das quais era e parece que até hoje ele é proprietário, criou um clima de verdadeira intranquilidade pública no Paraná”.

Sobre a suposta conversa com C.R. Almeida no Rio de Janeiro, Leon Peres a confirma, mas nos seguintes termos:

⁵ Disponível no youtube no link: <https://www.youtube.com/watch?v=BnbNOUhV35Y>

“Quando eu cheguei à calçada, dei de cara com o senhor Cecílio do Rego Almeida. Confesso que à primeira vista fiquei até um pouco receoso com o gesto dele. Ele disse ‘Governador, eu preciso falar com o senhor’. Como eu confesso que nessa ocasião eu cheguei a temer alguma atitude da parte do doutor Cecílio, eu disse a minha filha ‘por favor, se afaste’. Ela se afastou. Eu disse a ele ‘Eu já disse ao senhor que não tenho nenhum assunto particular para tratar com o senhor, as nossas conversas são de interesse do Estado, vamos conversar com a presença de testemunhas, não tenho assuntos particulares para tratar com o senhor’. ‘Não se exalte governador, eu apenas vim lhe agradecer a concessão de empréstimo que o senhor autorizou no Banco do Estado do Paraná, é apenas isso’. Eu disse ‘Perfeitamente, com licença’ e me retirei. Foi esse o único diálogo que houve entre o senhor Cecílio do Rego Almeida e a minha pessoa”.

Em entrevista mais recente, Paulo Pimentel negou qualquer participação no caso: “não tive a menor culpa na queda do Haroldo. Quem o derrubou, foi o SNI acionado pelo empreiteiro paranaense (...) Ele caiu do cargo não por pressão nossa, caiu depois, porque realmente fazia um péssimo Governo” (FARIA, 1997:67-68).

Dos jornais paranaenses, o único a, minimamente, destacar em sua primeira página o clima tenso no estado foi a Folha de Londrina. Em 18-11 noticiou em sua chamada de capa “Peres 8 horas com Buzaid”, no texto, lê-se que “nada transpirou sobre o que se discutiu durante este demorado encontro” e que, após a reunião, o ministro Buzaid teria se reunido com o chefe da polícia federal, enquanto Leon Peres se dirigiu ao Palácio do Planalto para tentar falar com o presidente Médici, mas não fora recebido.

No dia seguinte, em letras garrafais, a Folha de Londrina estampou em primeira mão no estado do Paraná: “Leon Peres vai renunciar”. Diz o jornal que, por informação do Secretário do Interior e Justiça, Leon Peres formalizaria sua renúncia ao governo do estado no dia 23 daquele mês. Interessante notar que os demais jornais da capital não noticiaram este fato que já era do conhecimento das rodas palacianas em Curitiba.

Em 23-11 todos os jornais noticiaram a renúncia de Haroldo Leon Peres. No dia seguinte, todos eles dão destaque para o novo governo

de Parigot de Souza, que ao assumir teria conclamado os políticos paranaenses para a “harmonia”, o que demonstra o tenso clima no estado.

Considerações Finais:

Segundo Hermógenes Lazier, a indicação de Leon Peres para o governo do Paraná “foi uma verdadeira e triste trapalhada, digna de um regime ditatorial” (2003: 131). O jornalista Milton Ivan Heller diz que “desde o início ele soube cultivar inimigos” (1988: 81). Para João Borba de Camargo, “a cada dia que passava tornava-se mais prepotente, esquecendo-se que todos os seus atos eram observados pela junta Militar” (2006: 168).

Leon Peres disse em discurso na Assembleia Legislativa, logo no início de seu governo, que herdara um estado com dívidas, desorganizado e com o Banestado falido. Atritou-se com o judiciário por conta de salários e impôs ao legislativo a nova Constituição Estadual (REBELO, 2004) (HELLER e DUARTE, 2000). Nas memórias do ex-deputado João Mansur:

Eu era líder da bancada da ARENA no Governo Haroldo Leon Peres (...) nós percorremos o Estado (...) e eu falei ao Haroldo, na ocasião; “Governador, você não vai terminar o seu mandato.” “Mas como?” “O Sr. está completamente perdido. O Sr. rompeu com a Assembléia Legislativa, o Sr. rompeu com o Poder Judiciário, o Sr. rompeu com o Tribunal de Contas. O Sr. rompeu com os seus amigos, o Sr. está sozinho”. (FARIA, 1997: 88)

Enfim, como dito antes, esta é uma pesquisa que apenas se inicia. Não temos as respostas dos motivos para a renúncia de Leon Peres. Muito ainda poderemos encontrar nos jornais paranaenses ao ampliar o recorte. Além disso, buscamos o suposto processo/inquérito aberto na Justiça Militar contra o ex-governador. Por fim, estamos recolhendo todo material e entrevistas dadas por ele após o fato. “Esta ‘novela mexicana’ (...) demonstrou que se o povo nem sempre elege

bons governantes, isso também acontecia com os governadores nomeados pela Revolução” (HELLER e DUARTE, 2000:120).

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Dino. **Bandeirantes do Progresso**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1968.

CAMARGO, João Borba de. **História do Paraná (1889-2003)**. Maringá: Maranata, 2006.

FARIA, Enéas. **Governadores do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1997.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HELLER, Milton Ivan e DUARTE, Maria de Los Angeles. **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

REBELO, Vanderlei. **Ney Braga: a política como arte**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.